

# Da Geografia das “Relações Homem-meio” à Geografia Ambiental: uma História (e uma “Pré-história”) dos Estudos (Socio)ambientais no PPGG da UFRJ

## From the Geography of “Man-land Relationship” to Environmental Geography: a History (and a “Prehistory”) of the (Socio)environmental Studies at the PPGG/UFRJ

Marcelo Lopes de Souza<sup>i</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Para Maria do Carmo Corrêa Galvão e Maria Célia Nunes Coelho, mestras queridas que, juntas, inspiraram várias gerações de geógrafos.

**Resumo:** É notório o destaque que o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ) granjeou, nestes últimos cinquenta anos desde a sua criação, em 1972, no cenário nacional. À primeira vista, um papel proeminente do PPGG pode ser constatado, especialmente, nas subáreas da Geomorfologia, da Geografia Urbana e dos estudos regionais sobre a Amazônia. Um olhar mais atento revelará, entretanto, que, para além disso, uma marca distintiva da Geografia da UFRJ, já desde a fundação do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB), três décadas antes da criação do PPGG, sempre foi a forte presença de um estilo de pesquisa que não endossa o fosso entre Geografia Humana e Geografia Física. Com efeito, entre a “pré-história” do programa nos anos 1940, 1950 e 1960 – época dos clássicos estudos regionais sobre as “relações homem-meio” – e o recente protagonismo em torno da proposta de uma “Geografia Ambiental”, o PPGG nunca deixou de comportar, como uma de suas tradições mais arraigadas, o interesse pelo que podemos denominar “objetos de conhecimento híbridos” e o cultivo de uma certa “transversalidade epistêmica”. A despeito das diferenças entre os muitos personagens envolvidos nessa história ao longo das gerações (com suas distintas posições políticas e científicas, idiossincrasias e diferenças de prestígio), e apesar das descontinuidades e dos altos e baixos, a sobrevivência e a atualização dessa tradição – subvalorizada e até mesmo renegada por muitos geógrafos nas últimas quatro décadas – constituem algo notável; mais do que isso, contudo, elas podem ser avaliadas como um verdadeiro trunfo.

**Palavras-chave:** História da Geografia; Brasil; Pós-graduação; Tradição “Homem-meio”; Geografia Ambiental.

---

<sup>i</sup> Professor Titular. mlopesdesouza@terra.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-7398-3170>

**Abstract:** It is notorious the relevance that the graduate programme in geography of the Federal University of Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ) has had on the national scene, in the fifty years since its creation in 1972. At first glance, a prominent role of the PPGG/UFRJ can be seen especially in the sub-areas of geomorphology, urban geography and regional studies on the Amazon. A closer look will reveal, however, that, in addition to that, a distinctive mark of UFRJ's geography, since the foundation of the *Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil* (CPGB), three decades before the creation of the PPGG itself, has always been the strong presence of a research style that does not endorse the gap between human geography and physical geography. Indeed, between the 'prehistory' of the programme in the 1940s, 1950s and 1960s – the time of classical regional studies about the 'man-land relationship' – and the recent role regarding the building of a so-called 'environmental geography,' the PPGG/UFRJ never failed to show, as one of its most rooted traditions, the interest about what we could term 'hybrid epistemic objects,' and the cultivation of a certain 'epistemic transversality.' Despite the differences between the many individuals involved in this history over the generations (due to different political and scientific positions, idiosyncrasies, and differences in prestige) and despite the discontinuities and the ups and downs, the survival and updating of this tradition – undervalued and even rejected by many geographers in the last four decades – is remarkable; more than that, it can be regarded as a veritable asset nowadays.

**Keywords:** History of Geography; Brazil; Graduate Studies; 'Man-land' Tradition; Environmental Geography.

## **Introdução: Permanências, Rupturas, Tradição**

Sabe-se que a "tradição" (do latim *traditio*, *tradere* = "passar adiante") não é coisa que diga respeito apenas ao passado, ao que foi; muito mais do que isso, diz respeito ao fio (às vezes tênue, às vezes nem tanto) da permanência, da continuidade. Continuidade que, ao mesmo tempo, não exclui as descontinuidades, até mesmo as rupturas (muitas vezes apenas parciais ou relativas). As descontinuidades, as rupturas, as "viradas", de sua parte, não eliminam a existência de elementos duradouros que desafiam o tempo, mesmo que visíveis apenas enquanto elementos recontextualizados e refuncionalizados, ao final de uma superação dialética.

Poucas tradições (se é que alguma) poderiam, na Geografia, ombrear com aquela que consistiu e ainda consiste em perseguir o ideal de uma "ponte" entre o estudo da natureza (no sentido de *physis*, como diziam os gregos antigos, ou *erste Natur* [= "natureza primeira"], no linguajar de filósofos alemães como Schelling e Hegel) e o estudo da sociedade (isto é, do *nómos*, da *zweite Natur* [= "segunda natureza"]). O ideal da *transversalidade epistêmica intradisciplinar*, como bem poderíamos dizer, acompanha toda a história da Geografia. Seu prestígio teve altos e baixos, e não faz muito tempo que, entre os anos 1970 e 1990, muitos geógrafos se compraziam em declará-lo morto. Porém, recordando a famosa tirada do escritor Mark Twain – que, ao saber de boatos sobre o seu falecimento, brincou que os rumores sobre sua morte eram "ligeiramente exagerados" –,

chegamos, hoje, facilmente à conclusão de que o suposto defunto passa bem, e vai cada vez melhor, apesar de não se ter recuperado do debilitamento de que foi acometido em décadas recentes.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (doravante, PPGG da UFRJ, ou, simplesmente, PPGG) é um exemplo superlativo da sobrevivência e, de forma particularmente visível nos últimos anos, do rejuvenescimento de uma tradição de compromisso com a transversalidade epistêmica intradisciplinar. Talvez esse fio de continuidade não seja tão evidente à primeira vista, porquanto houve descontinuidades e divergências importantes (o que atesta, em grande medida, a vitalidade de um ambiente acadêmico); mas basta lançar mão da lente de aumento e munir-se de boa vontade para se tornarem perceptíveis muitos traços de permanência. Testemunhos, por assim dizer, de que um certo espírito tem sido “passado adiante”, em meio a uma socialização acadêmica que tem tido, para o bem e para o mal, várias peculiaridades, nos marcos da vasta paisagem da Geografia universitária brasileira.

Talvez o PPGG tenha passado mais incólume (ainda que não totalmente) que outros espaços institucionais e acadêmicos da Geografia brasileira pela desconstrução do ideal da “ponte”. Essa circunstância tem muito a ver com o fato de que os três personagens-chave responsáveis por sua fundação, em 1972, desempenharam um papel crucial quanto a isso: Maria do Carmo Corrêa Galvão (1925-.....), Bertha Koiffmann Becker (1930-2013) e Jorge Xavier da Silva (1935-2021), todos donos de personalidades fortes e vocação para a liderança, corporificaram, mesmo que com intensidades e estilos variáveis, o desejo de conceber e valorizar a Geografia como um campo disciplinar que não se rende ao estranhamento recíproco (ou ao abismo) entre pesquisa natural e social. Antes deles, contudo, houve outra personagem que não poderia ser jamais negligenciado, inclusive porque foi o mentor de Maria do Carmo Galvão e Bertha Becker: Hilgard O’Reilly Sternberg (2017-2011). Tendo deixado o Brasil rumo aos Estados Unidos em 1964, após duas décadas como catedrático de Geografia do Brasil da Universidade do Brasil (posteriormente rebatizada como UFRJ), Hilgard Sternberg não assistiu ao nascimento do PPGG, mas foi quase que seu padrinho, pois influenciou decisivamente a maior parte dos que o criaram. Por causa dele, sobretudo, a primeira seção deste artigo é dedicada à “pré-história” desse programa de pós-graduação.

A esta altura, cabe um outro comentário explicativo sobre o subtítulo (quanto ao título, ele irá sendo explicado aos poucos, e no devido tempo). Por que dizer “estudos (socio)ambientais”, com um esquisito prefixo entre parênteses? Esse artifício canhestro é uma concessão que faço, *em um primeiro momento*, à facilidade de comunicação, ou ao temor de gerar mal-entendidos. Infelizmente, no Brasil, “ambiente” é um termo que costuma ser confundido com “meio ambiente” – ou melhor, *reduzido* a um “meio ambiente”, vale dizer, a um “ambiente natural”. Apesar de sua vocação holística (tanto é que falamos, em várias circunstâncias, em “ambiente construído”, “ambiente cultural”, “ambiente político” etc.), a palavra “ambiente”, quando não é qualificada e complementada por algum adjetivo, quase invariavelmente é tratada por especialistas e leigos como sinônimo de formas, feições, dinâmicas, ciclos e processos geobiofísicos. Ou seja, como *physis*, apreensível mediante as teorias e os métodos das ciências da natureza. Não se enxerga o ambiente na sua integralidade e na sua real complexidade de entrelaçamento

de formas, feições, dinâmicas, ciclos e processos geobiofísicos com as relações sociais, permitindo e dando origem à produção social do espaço geográfico. Entre outros inconvenientes, isso me obriga, aqui, a sugerir, por meio do prefixo “socio” (com os parênteses a indicar tanto uma tensão quanto uma temporariedade ou provisoriidade), que não se está a lidar com a pesquisa natural apenas, ignorando-se a sociedade (ou relegando-a à posição anódina de um mero “fator antrópico” abstrato, o que dá quase no mesmo). E, no entanto, não nos enganemos: o prefixo em questão abriga a imprecisão de uma redundância, pois o social *está*, em toda a sua inteireza (por exemplo, com as classes e contradições de classe, e com todas as demais clivagens sociais, como o racismo, que nos obrigam a romper com as generalizações inofensivas do tipo “fator antrópico”), embutido em qualquer conceituação rigorosa do ambiente. Por essa mesma razão, como veremos mais tarde, na última seção, a Geografia Ambiental contemporânea não se confunde, de modo algum, com a Geografia Física, nem sequer com uma Geografia Física aplicada que, por dever de ofício, se ocupa, sim, da sociedade, mas apenas muito epidermicamente, ao se devotar a temas como zoneamentos, gestão de recursos hídricos, e assim sucessivamente. A Geografia Ambiental que (re)emerge diante de nossos olhos não é nem estreitamente física nem bitoladamente humana, mas sim um *enfoque* ou *olhar* que busca as sinergias possíveis, justamente, com o encontro e a cooperação. Em outras palavras, com a transversalidade epistêmica intradisciplinar.

A história do PPGG da UFRJ é riquíssima e, por si só, já daria um volume inteiro. Temerariamente, tentarei uma síntese em um pequeno artigo. Pior ainda: farei breve menção, como já indiquei, também à “pré-história”, isto é, ao período anterior a 1972, que foi, para os nomes fundamentais envolvidos na criação do PPGG, o período formador essencial, por causa (e de maneira muito direta) do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB) dirigido por Hilgard O’Reilly Sternberg. Obviamente, escolhas se fizeram necessárias, pois não haveria espaço para abordar inúmeros detalhes que, embora porventura úteis ou saborosos, nem por isso são imprescindíveis. Fui pessoalmente testemunha de quatro dos cinco decênios de existência do PPGG; e, graças ao convívio (e até à colaboração) com alguns de seus fundadores, assim como com diversos contemporâneos seus, pude amear muitas observações pessoais e não poucos depoimentos informais. Há, aqui, em ação, filtros subjetivos os mais diversos (minhas interpretações, minha memória...), os quais, quero crer, não impedirão uma justiça básica ao examinar situações, aquilatar relevâncias e avaliar papéis e o seu contexto.

Optei por seções dispostas em ordem cronológica. A cronologia, todavia, não obedece a uma rígida linearidade, e fronteiras claras são desafiadas. Há evidentes superposições temporais, como se percebe pelos títulos das seções 2 e 3, uma vez que há tendências que nitidamente se espalharam e prolongaram bastante, mudando, mas sem terminar, e misturando-se, no meio do caminho, com outras tantas (e, às vezes, inaugurando novos diálogos ou esboços de diálogos).

O leitor verá que não cito muitas fontes, pois este artigo é antes um depoimento que obra de historiador (que não sou). Se houvesse a intenção de citar formalmente livros e artigos dos principais personagens que povoam estas páginas, sem falar nas dissertações e teses de seus orientandos, o texto ficaria sobrecarregado com uma imensa bibliografia, sem que isso, por si só, conseguisse afastar o risco de omissões e lacunas. Ainda assim,

remeter a alguns ensaios biográficos (dos poucos disponíveis) e a uma ou outra entrevista vale a pena, ou é mesmo obrigatório, ainda que eu nem sempre acompanhe as interpretações de outros autores (e atores). Com a exceção de uma obra, aliás coletiva, todos os trabalhos formalmente citados que não sejam estudos biográficos ou depoimentos servem apenas para esclarecer alguma questão de ordem teórico-conceitual.

## **Pré-história: Hilgard O'Reilly Sternberg e o CPGB**

No princípio era... Hilgard O'Reilly Sternberg. A analogia com a famosa passagem bíblica (“No princípio era o Verbo”) não é descabida, pois a ironia fornece o gancho para que se comentem o prestígio e a influência desfrutados pelo eminente catedrático de Geografia do Brasil, especialmente nos anos 1950 e até 1964. O Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB), por ele criado na Universidade do Brasil, recebeu, em algum momento da década de 1950,<sup>1</sup> o jocoso apelido de “Olimpo” – e adivinhem quem era “Zeus”, cercado por divindades menores e sacerdotes que o adoravam? Hilgard Sternberg era certamente menos famoso que o catedrático de Geografia Humana, Josué de Castro, o célebre autor de *Geografia da fome* (de 1946) e *Geopolítica da fome* (de 1951); seu poder institucional foi, sem embargo, enorme e inigualável, inclusive porque o intelectual e consultor Josué de Castro ocupava muito de seu tempo cooperando com o exterior, na qualidade de Presidente do Conselho Executivo da FAO.

Hilgard Sternberg não foi, todavia, apenas um habilidoso gestor institucional, muito menos um simples burocrata talentoso e vulpino: foi um geógrafo de altíssimo nível, brilhante e carismático, conforme reconhecido até mesmo por desafetos como Orlando Valverde.<sup>2</sup> O começo de sua carreira científica esteve fortemente ligado à Geografia Cultural de figurino saueriano, pois, após se graduar em Geografia em 1940 pela Universidade do Brasil (ali tornando-se, dois anos depois, Professor Assistente), e em seguida ajudar a fundar (em 1941) o curso de Geografia da PUC do Rio de Janeiro, transferiu-se temporariamente para os Estados Unidos, onde foi ser *Teaching Assistant* na Universidade da Califórnia em Berkeley (KOHLHEPP, 2017, p. 9) – o reduto (ou a corte, se preferirem) do grande Carl O. Sauer, que se aposentaria em 1957. A Geografia das “relações homem-meio”, como se dizia na época, entrava, assim, da maneira mais auspiciosa possível, na vida do jovem Sternberg. Interessantemente, entretanto, sua tese de doutoramento, defendida em 1951 nos Estados Unidos (na Universidade da Louisiana), foi sobre a geomorfologia da planície de inundação do Rio Mississipi (KOHLHEPP, 2017, p. 10), o que mostra bem a enorme familiaridade e o profundo interesse do saueriano Hilgard Sternberg pelo que então era chamado de “as bases físicas” dos estudos geográficos.

Entre a estada na Califórnia e o doutoramento na Louisiana, porém, medeiam os anos em que Sternberg, tendo retornado ao Brasil em 1944 para assumir interinamente a cátedra de Geografia do Brasil da Universidade do Brasil (KOHLHEPP, 2017, p. 9), viu sua liderança acadêmica crescer e se consolidar. Em 1956, quando, com a tese de concurso intitulada *A água e o homem na Várzea do Careiro*, ele conquistou em definitivo o posto de Professor Catedrático, seu nome já era pronunciado com respeito e admiração. *A água e o homem na Várzea do Careiro* é um marco do interesse de seu autor não só pelo estudo das “relações homem-meio”, mas também pela Amazônia. Ambas as coisas

influenciariam a Geografia da UFRJ no longo prazo. Assim como o conservadorismo de Sternberg, conforme já veremos.

Hilgard Sternberg foi o principal organizador do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), que teve lugar no Rio de Janeiro em 1956, considerado por Orlando Valverde<sup>3</sup> um dos melhores da história da entidade. Graças a esse evento – que foi aberto por ninguém menos que o Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e no qual a cooperação entre a universidade e o IBGE se revelaria crucial para o seu êxito –, Sternberg, que já tinha angariado sólidos contatos no exterior,<sup>4</sup> projetou-se ainda mais internacionalmente. Nascido no Rio de Janeiro com ascendência irlandesa pelo lado materno e judaico-alemã pelo lado paterno, Sternberg falava vários idiomas e era, por excelência, já muito cedo, um cidadão do mundo. Decidiu, em 1964, deixar o Brasil rumo à Universidade da Califórnia (em Berkeley), onde assumiu uma cátedra (*chair*) de Geografia da América Latina e, em 1988, se aposentou, passando à condição de Professor Emérito. Voltaria ao Brasil, mesmo assim, muitas vezes, para trabalhos de campo e para participar de eventos e receber homenagens. É notável como, tendo sido anteriormente eleito membro da Academia Brasileira de Ciências (em 1953, ainda como catedrático interino) e receber a Ordem Nacional do Mérito (em 1956), ele também seria agraciado, já residindo nos Estados Unidos, com a Ordem do Rio Branco (em 1967) e a Grã-Cruz da Ordem Nacional de Mérito Científico (em 1998) (KOHLHEPP, 2017, p. 15).

Classificado por Orlando Valverde e Milton Santos como um “reacionário”,<sup>5</sup> Hilgard Sternberg foi extremamente proativo em defesa de suas convicções políticas conservadoras. O episódio do boicote sistemático ao então jovem geomorfólogo de orientação marxista Jean Tricart, em 1956 (Tricart ainda não completara 36 anos de idade, mas já havia publicado artigos reinterpretando o papel da Geomorfologia à luz do pensamento marxista, e era filiado ao Partido Comunista Francês), tal como mencionado por Milton Santos em sua entrevista para a *GEOSUL*, serve aqui de exemplo emblemático: tendo vindo ao Brasil para participar do congresso da UGI e realizar contatos e trabalhos de campo, Tricart foi tratado por Sternberg como *persona non grata*, chegando o brasileiro ao ponto de pedir ajuda ao IBGE para que as agências locais da instituição, parceira do CPGB na organização do congresso, não lhe dessem nenhum tipo de apoio por ocasião de suas excursões de campo pelo nosso país (SANTOS, 1989, p. 133).

Em que Brasil transcorreu a existência do CPGB, até 1964, ano em que seu fundador deixou o país? O contexto era o de um país politicamente polarizado e socialmente fraturado. Após o retorno de Getúlio Vargas ao poder, eleito em 1951, o Brasil se dividiu em dois campos opostos e irreconciliáveis, nos quais os contendores, não raro, se odiavam até a morte: de um lado, os simpatizantes da União Democrática Nacional ou UDN (partido de centro-direita cujo principal expoente era Carlos Lacerda, do qual Sternberg era um admirador confesso); de outro, os varguistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e, mais à esquerda, os comunistas de índole stalinista ligados ao PCB, então na ilegalidade. (O Partido Social Democrático [PSD] correspondeu a uma espécie de “varguismo de classe média”, centrista e fisiológico, que esteve, durante os “Anos JK”, geralmente em aliança com o PTB, mas que conseguia conversar com a UDN. Era o partido de Kubitschek.)

De um lado, economicamente, vivia-se, no Brasil dos “Anos JK”, uma certa euforia desenvolvimentista e industrializante, embalada pela trilha sonora da emergente Bossa

Nova e animada por uma remoçada aposta na “modernidade”. Só que isso contrastava com a dívida social que indignava muitos e apavorava outros tantos. A leveza algo melancólica da brasilidade cosmopolita da Bossa Nova, tão urbana, tão branca e tão classe média (apesar das origens no samba e no jazz), não combinava com o atraso e a brutalidade das estruturas agrárias do Brasil profundo, com as favelas que proliferavam, com os salários de fome, com a insatisfação dos pobres rurais e urbanos – que dariam origem às ligas camponesas, a um embrião de ativismo favelado e ao movimento estudantil, para não falar no movimento operário mais aguerrido. Nesse tabuleiro de xadrez, Sternberg se posicionou, sem dar margem a dúvidas, como um homem da ordem estabelecida, acalentando boas relações nas esferas do poder e manobrando para manter rivais à distância, como era o caso do esquerdista Orlando Valverde.<sup>6</sup>

Felizmente, as arestas conservadoras – o lado político-ideológico da herança de Sternberg, por assim dizer – viriam a ser gradualmente aparadas mais tarde, ao longo da evolução intelectual, humana e política dos colaboradores que ele havia formado e deixado no Brasil em 1964. Quanto à linhagem científica inaugurada por ele na Universidade do Brasil, depois UFRJ, ela iria se mostrar, com o tempo, muito fecunda.

O compromisso com uma Geografia “integrada” (no sentido do que estou a chamar de transversalidade epistêmica intradisciplinar) permaneceu vivo com sua discípula diletta, Maria do Carmo Corrêa Galvão, que se doutorou na Alemanha em 1962, sob a orientação do ilustre geógrafo Carl Troll, que cunhou as expressões e lançou as pedras fundamentais da Ecologia da Paisagem (*Landschaftsökologie*) ou Geoecologia (*Geoökologie*). Como ela diria naquela que é, que eu saiba, a sua última entrevista, de 2002:

Eu nunca consegui conceber a Geografia Física e a Geografia Humana como áreas estanques. Para mim elas são visões, são perspectivas. Mas, de fato, na Geografia Física o homem está presente, assim como na Geografia Humana o físico é uma parte integrante. (GALVÃO, 2002, p. np)

Ademais, mesmo sem ter inclinações políticas à esquerda, Maria do Carmo Galvão foi, juntamente com Bertha Becker, uma das responsáveis pela ida de Milton Santos para a UFRJ, na virada dos anos 1970 para os anos 1980, após um exílio que durou quase uma década e meia (SANTOS, 1989, p. 143). O conservadorismo de Hilgard Sternberg, nela, abrandou-se, e vários outros foram seus gestos de generosidade para além dos condicionamentos impostos pelas visões de mundo e pela socialização em um meio abastado e elitista. Prevaleceu, mais e mais, a grandeza humana de alguém intrinsecamente altruísta.

Algo semelhante se poderia dizer de Bertha Becker, outra discípula do fundador do CPGb. Ideologicamente afinada com o ideário cepalino que, nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, propugnava um desenvolvimento econômico baseado na industrialização como forma de superar o “atraso” e as desigualdades, Becker tentou unir, à maneira de outros tantos, nacionalismo e progressismo. Cosmopolita e brilhante, conseguiu, posteriormente, estar bem conectada com vários nomes internacionais da Geografia Crítica ou Radical que debutou no mundo anglo-saxão e na França entre fins da década de 1960 e começo da década seguinte, e que aportou no Brasil alguns anos

depois, tendo como principal marco o célebre Encontro Nacional de Geógrafos de Fortaleza, em 1978. Ela própria, entretanto, jamais se identificou inteiramente com o movimento de renovação crítica, mormente com alguns de seus pressupostos ou conclusões mais consistentemente revolucionários.

Seja lá como for, o fato é que tanto Maria do Carmo Galvão quanto Bertha Becker não se furtaram a orientar ou apoiar jovens geógrafos que souberam, a seu tempo, adotar posições políticas socialmente críticas mais contundentes. Foi esse o caso com Maria Célia Nunes Coelho, que, tendo se graduado em 1972 na UFMG, transferiu-se para a UFRJ para fazer seu mestrado, concluído em 1978; mais tarde, após seu doutorado nos Estados Unidos, iria se destacar, de volta ao Brasil (em 1991), como pesquisadora sobre a Amazônia e, em particular, sobre a problemática da mineração. Regressando inicialmente para a UFRJ, Maria Célia Coelho trabalhou, entre 1992 e 2002, em Belém (na UFPA), para então voltar à casa de origem, onde se aposentou, mas permanecendo como colaboradora do PPGG. Apesar de ter sido orientada em seu mestrado por Jorge Xavier da Silva (nome ao qual retornarei na próxima seção), Maria Célia Coelho converteu-se, na sua essência, ao longo da década de 1980, em discípula e colaboradora muito próxima de Maria do Carmo Galvão.

O CPGB que Hilgard Sternberg criou foi uma “escola” para vários geógrafos brasileiros que adquiririam proeminência futura. Além de Maria do Carmo Corrêa Galvão e Bertha Koiffmann Becker, e ainda, uma geração depois delas, de Maria Célia Nunes Coelho, deveríamos mencionar, também, por exemplo, Lia Osório Machado (inicialmente estagiária no CPGB e, vários anos depois, orientanda de mestrado e assistente de pesquisas de Bertha Becker). Maria Célia Coelho e Lia Machado, por seu turno, orientaram vários jovens geógrafos na graduação, no mestrado e no doutorado que, seja na própria UFRJ (como Rebeca Steiman, ex-orientanda de Lia Machado), seja em outras universidades (como Luiz Jardim de Moraes Wanderley, da UFF, ex-orientando de Maria Célia Coelho), iriam reconfigurar e manter viva, no século XXI, a chama do interesse por uma Geografia “integrada”, capaz de valorizar e construir objetos de conhecimento epistemologicamente híbridos, para além do fosso cavado entre Geografia Física e Geografia Humana. A Geografia Humana – ou a Geografia *tout court* – da UFRJ não poderia nunca ser bem compreendida, em seus aspectos positivos (a amplidão de horizontes, a procura pela excelência acadêmica, o cosmopolitismo) e negativos (o ranço conservador e, mais do que isso, elitista), sem levarmos em conta a liderança e o protagonismo de Hilgard Sternberg. Não sem tensões, mas de maneira amiúde produtiva, o legado sternberguiano foi sendo decantado e refuncionalizado ao longo das gerações, tendo adquirido, especialmente em certos casos, uma fisionomia, enfim, anticonservadora.

## **Anos 1970 e 1980: Pesquisas sobre a Amazônia e o Rio de Janeiro e Duas Versões da “Análise Ambiental”**

No mesmo ano em que Sternberg trocava o ensolarado Rio de Janeiro pela ensolarada Califórnia, em 1964, um golpe de Estado civil-militar inaugurava uma fase difícilíssima da vida política nacional, com anos que logo seriam “de chumbo”. Desde a eleição de Jânio Quadros e o breve mandato deste (sete meses até a renúncia) que o Brasil experi-

mentava a agudização das contradições sociais, com conflitos nas cidades e no campo. Os anos de 1961 a 1964 foram de efervescência intelectual e ebulição política. A polarização adquiria novos contornos, com o varguismo empalidecendo em face da agitação propriamente de esquerda, e com o golpismo de inspiração lacerdista flertando mais e mais com a caserna.

Em 1972, com Hilgard Sternberg já não mais no Brasil há quase uma década, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (nome com o qual a Universidade do Brasil fora rebatizada em 1965) foi fundado, inicialmente apenas como curso de mestrado (o doutorado só viria em 1993). Conforme já referido na Introdução, essa fundação foi obra, acima de tudo, de Maria do Carmo Corrêa Galvão, Bertha Koiffmann Becker e Jorge Xavier da Silva (este último um geomorfólogo que havia feito seu mestrado e seu doutorado na Universidade da Louisiana); o trio foi, não obstante, auxiliado por Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (1924-1991), a qual, paralelamente à carreira como pesquisadora do IBGE e, mais tarde, do Ministério do Planejamento/IPEA, atuou por muitos anos como docente convidada dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFRJ. Maria Therezinha de Segadas Soares, cuja carreira na UFRJ ficou prejudicada por uma livre-docência interrompida, também ajudou.

O CPGB não existia mais desde 1970, tendo ficado, se não à deriva, pelo menos bastante desorientado durante alguns anos, com a orfandade intelectual em que a inesperada partida de Sternberg deixara suas duas colaboradoras principais, Maria do Carmo Galvão e Bertha Becker. Outras orfandades, muito mais sérias e até literais, caracterizariam o período que foi de 1964 a 1985, e mormente os “anos de chumbo” de 1968 a 1974, sob o signo do AI-5. Foi uma época em que grassaram suspeitas, denúncias, traições (como a que golpeou Josué de Castro, forçado ao exílio e vítima de conspirações de sua própria assistente principal na cátedra), exonerações e prisões... O Departamento de Geografia havia sido engolido pelas trevas, e raros tinham coragem ou ânimo para reagir.

Na década de 1970, no que diz respeito aos estudos ambientais (*lato sensu*, obviamente), três grandes áreas de atuação eram, em maior ou menor grau, perceptíveis: os estudos sobre a Amazônia, que, após a partida de Hilgard Sternberg, haviam prosseguido sob a batuta cada vez mais autoconfiante de Bertha Becker; Maria do Carmo Galvão, de sua parte, se havia voltado, em primeiro lugar, para o estado do Rio de Janeiro; por fim, foi emergindo, com origem nas pesquisas geomorfológicas, mas as transcendendo paulatinamente, aquilo que veio a ser chamado de “análise ambiental”, representada em duas versões distintas, a de Jorge Xavier da Silva e a de Elmo da Silva Amador.

O neopositivismo da “Geografia quantitativa” teve um apogeu bem curto no Brasil, espremendo-se entre o começo e o fim da década de 1970. O quantitativismo encontrou guarida, acima de tudo, no IBGE (capitaneado por Speridião Faissol [1923-1997]) e na UNESP de Rio Claro (em que se destacava a liderança de Antonio Christofolletti [1936-1999]), mas a UFRJ exerceu também alguma liderança, sob a influência, acima de tudo, de Jorge Xavier da Silva. Tanto Bertha Becker quanto Maria do Carmo recusaram o neopositivismo. Com isso, não aderiram, nos idos dos anos 1970, a quaisquer abstrações ou a qualquer fascínio pelas técnicas estatístico-matemáticas, largamente estéreis do ponto de vista do estudo da produção social do espaço e dificultadoras da adequada valorização de uma Geografia “integrada”, como demonstrou a história da Geografia Humana

“quantitativa”. Na década seguinte, contudo, elas iriam reagir de maneiras bem diferentes à chegada da Geografia Crítica ou Radical.

Nos anos 1980, Maria do Carmo Galvão, com menor influência acadêmica em escala nacional ou internacional que Bertha Becker (esta exerceria, entre 1996 e 2000, a vice-presidência da União Geográfica Internacional, e em 2000 seria eleita para a Academia Brasileira de Ciências), concentrou-se em esforços institucionais internos à própria universidade, destacando-se o muito que fez em favor do PPGG, que coordenou por dez anos. Paralelamente a isso, porém, conduziu relevantes pesquisas voltadas para estudos regionais (com ingredientes especialmente de Geografia Agrária) sobre o estado do Rio de Janeiro, sobressaindo-se seus trabalhos sobre o Norte Fluminense. Com uma formação fortemente clássica enraizada em sua alma de geógrafa, Maria do Carmo Galvão praticamente ignorou a “virada crítica” que empolgava em ritmo veloz a disciplina pelo mundo afora, pagando um elevado preço por isso: um isolamento crescente.

Bertha Becker, de sua parte, soube astutamente navegar com a ajuda dos novos ventos críticos que sopravam do mundo anglófono e da França; fê-lo, não obstante, sem endossar qualquer hostilidade ou deixar-se contagiar por qualquer delírio de banimento da Geografia Física. Nisso, ela contrastou com uma grande parcela dos geógrafos (neo) marxistas que passariam a dar o tom da Geografia universitária.

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, a Geografia Crítica (que foi, a rigor, em sua fase inicial, uma Geografia *marxista*, já que a obra de geógrafos anarquistas como Élisée Reclus [1830-1905] e Piotr Kropotkin [1842-1921] foi quase ignorada) foi influenciada, em primeiro lugar, pelo assim chamado “Marxismo Ocidental”. Inaugurado, curiosamente, pela obra do húngaro György Lukács, e modificando-se e refinando-se com a Escola de Frankfurt e outros autores (muitas vezes conhecidos de segunda mão, com exceção do Henri Lefebvre tardio, que, esse sim, passou a ser lido sofredamente), esse marxismo, sofisticado e abrigado nas universidades, se distinguia do marxismo mais ou menos positivista e de colorido stalinista que se identificava com a “linha” dos partidos comunistas (e, na base, da União Soviética) espalhados pelo mundo. Por seus traços de positivismo, o marxismo ortodoxo mais antigo, para o bem e para o mal, não investia em nenhuma aversão às ciências da natureza, e é por isso que um ou outro geógrafo de gerações anteriores (como os geomorfólogos Jean Dresch e Jean Tricart, e também o versátil Pierre George, para mencionar três conhecidos exemplos franceses), não viam problemas em conciliar sua militância (inclusive partidária) com sua atuação profissional – mas mantendo as duas coisas bastante separadas uma da outra, com a parcial exceção de Tricart. O “Marxismo Ocidental”, rejeitando (já com Lukács) o Engels positivista d’*A dialética da natureza*, que pretendia unificar o conhecimento da realidade sob a égide de um materialismo dialético que não fazia diferenciação essencial entre o movimento da natureza natural e o da sociedade, insistia em que a “natureza” que nos importa nunca é propriamente “natural” (externa ao homem), pois só existe, para nós, como natureza historicamente percebida e utilizada pela sociedade. Sob o ângulo social, a natureza é *histórica*; é uma natureza-para-a-sociedade. Nisso, os “marxistas ocidentais” exploravam uma senda inicialmente desbravada pelo próprio jovem Marx, mas que os ortodoxos de algum modo desdenharam ou enxergaram mal.

Quem conta um conto, aumenta um ponto. Lamentavelmente, o típico geógrafo crítico das décadas de 1970 e 1980 era alguém que passou a acreditar que o único caminho para afirmar a Geografia como um saber socialmente crítico residiria em reconstruí-la enquanto ciência puramente social, sem atentar para o fato de que a própria ideia de “pureza” é, aqui, falaciosa. Não bastava historicizar a natureza, compreendendo a situacionalidade histórica (e cultural) da apreensão humana de qualquer aspecto do real: a Geografia deveria ser como que “purgada” do interesse pelos processos, formas e dinâmicas geobiofísicos, vistos como distrações inúteis ou, na melhor das hipóteses, secundárias. Em comparação com o “determinismo geográfico” que havia assombrado a profissão por gerações, operava-se, agora, uma inversão iconoclasta, em uma guerra sem trégua em que não se faziam prisioneiros: de *determinante* dos conteúdos da sociedade, a “natureza primeira”, a *physis*, era agora rebaixada à insignificância. A sociedade se explica pela sociedade (já não advertiram sempre os sociólogos?), e o que não é socialmente produzido é desimportante. Ponto final.

Desgraçadamente para os geógrafos, aquela parcela da realidade material que é naturogênica ou, pelo menos, não é *inteiramente* controlada pela sociedade ou *completamente* decifrável pelos métodos da pesquisa social – a força da gravidade, o eletromagnetismo, os átomos e as partículas subatômicas, as moléculas, as estrelas e galáxias, o intemperismo e a erosão, as reações químicas envolvidas na chuva ácida e na contaminação por agrotóxicos, os deslizamentos e as inundações, os tufões e furacões, o aquecimento global, as epidemias e pandemias, e por aí vai –, teimou em continuar existindo. A realidade insiste em desobedecer às tentativas de social-construcionistas *hard* (que incorrem na mesma cegueira dos positivistas, apenas trocando o sinal) de fazer de conta que a materialidade do real, aí incluído o seu estrato geobiofísico, é de somenos importância. Seria cômico – podemos conceber operações cardiovasculares, a descoberta de vacinas ou os cálculos necessários para construir uma ponte sendo viabilizados por meio do método etnográfico ou da análise crítica de discurso? – se não fosse, para os geógrafos, trágico. Tendo resvalado para exageros obscurantistas, a crítica do positivismo e seu “viés naturalizante”, em si mesma saudável e muito bem-vinda, ergueu muros e dificultou enormemente que os geógrafos assumissem o (co-)protagonismo de debates sobre – para só citar exemplos brasileiros dos últimos vinte anos – a malfadada reforma do Código Florestal, a controvertida Lei da Biossegurança, o novo marco legal da mineração, o novo marco legal do saneamento, o espectro da “crise hídrica”, o célere avanço do desmatamento e da degradação nos biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado e, *last but not least*, as consequências ecológico-sociais do enfraquecimento do processo de licenciamento ambiental. E a lista poderia prosseguir.

Bertha Becker, ressalte-se, teve o bom senso de (perdoem o chavão) não jogar fora o bebê com a água do banho. Em uma estratégia inteligente, cedo enxergou no “ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs e Maurice Strong, depois repaginado como “desenvolvimento sustentável”, o veículo para uma transição entre sua matriz formativa sternerbergiana e a moldura teórico-conceitual de corte parcialmente (neo)marxista que passou a adotar. Sem filiar-se organicamente à Geografia Crítica, andou de braços dados com ela dos anos 1980 até o fim da vida. Demonstrando extraordinária plasticidade ideológica, a geógrafa que não se furtara a ministrar cursos no Instituto Rio Branco em pleno Regime

Militar (e que, muitos anos mais tarde, manteria laços com a própria Escola Superior de Guerra), abriu-se, em boa medida com sinceridade, para as pautas e os discursos das ONGs (embora não tanto para os dos movimentos sociais emancipatórios) e até mesmo dos partidos de esquerda, a começar pelo Partido dos Trabalhadores. O que facultava esses malabarismos era um substrato ideológico nacionalista, estatista e desenvolvimentista, com a habitual ambiguidade que caracteriza esse tripé. Da proximidade com uma postura de centro-direita, Becker transitou, sem grandes solavancos, para algo definível como uma centro-esquerda social-democrata, sem dispensar, como era de bom tom na academia, tinturas teórico-conceituais extraídas do marxismo. Seu brilhantismo intelectual e sua habilidade retórica e argumentativa (não inferiores aos do próprio mestre Sternberg) garantiram um mínimo de coerência ao que, fosse outra pessoa, teria talvez parecido um mero oportunismo invertebrado.

Consideremos, agora, o que ocorria com a Geografia Física do PPGG e do Departamento de Geografia da UFRJ. Ali, novas tendências de pesquisa começaram a desenhar-se ainda nos anos 1970, consolidando-se na década seguinte. O rótulo “análise ambiental”, mais que qualquer outro referencial, ajuda a nos situarmos. Jorge Xavier da Silva e Elmo da Silva Amador, ambos oriundos da Geomorfologia, mas que abraçaram a perspectiva “integrada” para a Geografia Física (e até para além dela), souberam transcender a Geomorfologia pura de maneiras teórico-metodológicas bem diferentes e alicerçados em visões de mundo bastante distintas.

Jorge Xavier da Silva havia sido assistente de pesquisas de Victor Ribeiro Leuzinger, catedrático de Geografia Física na Universidade do Brasil (contemporâneo, em fins da década de 1950 e início da década seguinte, dos titãs Josué de Castro e Hilgard Sternberg). Havia se destacado, nos anos 1960, quando de estudos geomorfológicos conduzidos em colaboração com João José Bigarella (1923-2016) e Maria Regina Mousinho de Meis (1939-1985), principalmente a propósito de movimentos de massa. Após voltar de seu doutorado na Universidade da Louisiana, em 1973, seus interesses haviam começado a se ampliar consideravelmente, e as pesquisas estritamente geomorfológicas (no estilo que viria a notabilizar sua colega Maria Regina Mousinho de Meis) se lhe afiguravam cada vez menos atraentes. Voltando-se para problemas de manejo de recursos naturais e gestão do uso do solo, deu suporte ao Projeto RADAMBRASIL, vindo a ser, em 1977 (mesmo ano de seu pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Los Angeles), diretor de sua Divisão de Informática. Apoiado em uma fé inabalável de que as modernas tecnologias, notadamente os Sistemas Geográficos de Informação (como ele preferia) ou Sistemas de Informação Geográfica, facultariam, por si sós, integrações e sínteses – assim permitindo, com rigor e eficiência, e de maneira “objetiva”, concretizar o ideal de uma articulação entre Geografia Física e Humana –, Jorge Xavier passou a dedicar-se inteira e apaixonadamente ao projeto de disseminação do geoprocessamento no Brasil. Um artigo seu de 1982, intitulado “Um modelo digital do ambiente”, foi pioneiro nesse sentido – em nosso país e, como é de justiça reconhecer, um pouco também internacionalmente. O legado por ele deixado é o de uma análise ambiental de cunho neopositivista, obcecada e encantada com as potencialidades do geoprocessamento, e, em última instância, ético-politicamente contraditória: Xavier almejava ser socialmente útil e buscava inspiração até mesmo na pedagogia de Paulo

Freire, mas não conseguia se livrar do tecnocratismo e de uma dimensão autoritária que, às vezes, verdadeiramente chocava, impedindo que se examinasse certas virtudes que também existiam no homem e em sua obra. Sem ser tão conservadora quanto a abrasiva personalidade de Xavier fazia provavelmente crer a muita gente, o mote existencial de seu trabalho, em sentido político-intelectual abrangente, era expressão, no fundo, de um nacionalismo desenvolvimentista de coloração brizolista (ele era, diga-se de passagem, um admirador de Leonel Brizola – não por acaso um caudilho de velha cepa...).

Personalidade e orientação muito diferentes eram as de Elmo da Silva Amador, pesquisador politicamente engajado (difícil imaginar outro mais engajado que ele) que nos deixou prematuramente aos 66 anos de idade. Foi membro atuante de diversas entidades ambientalistas (Federação das Associações Fluminenses de Meio Ambiente [FAMA], Movimento Baía Viva, Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente [APEDEMA]), além da AGB. Foi um ambientalista de esquerda, sendo filiado ao PT (onde ajudou a instituir e animar o seu “Coletivo das Águas”, precursor do Baía Viva). Uma análise ambiental militante, em suma, conquanto ele próprio não costumasse empregar ostensivamente a expressão “análise ambiental” para designar suas atividades, talvez por conferir tão saliente papel ao ativismo (mas sem abrir mão do embasamento técnico-científico). Devido a aborrecimentos e atritos com colegas, Elmo Amador, inconformado com o conservadorismo do Departamento de Geografia, terminou por dele sair,<sup>7</sup> vinculando-se ao vizinho Departamento de Geologia, sem nunca deixar de ser, essencialmente, um geógrafo. Seus estudos sobre a Baía de Guanabara, cobrindo um arco que ia da história ambiental aos desafios de gestão, sempre a partir de uma perspectiva socialmente crítica, são um patrimônio intelectual de valor inestimável para os geógrafos, como fonte de inspiração no tocante a uma Ecogeografia engajada. Pena que as circunstâncias institucionais (sua saída do Departamento de Geografia) e ideológicas (a tacanhez “antiecrológica” de boa parte da Geografia Humana de então) não colaboraram para difundir os trabalhos e a mensagem de Elmo Amador entre os próprios geógrafos.

Ideologicamente muito mais próximo de Elmo Amador que de Jorge Xavier, quis um caprichoso destino que eu acabasse me tornando estagiário na equipe do segundo. Foram anos de desentendimentos e polêmicas (não raro intelectualmente frutíferas e estimulantes), sem dúvida alguma, mas, também, de grande aprendizado técnico-científico para mim. Aprendi, talvez em primeiro lugar, a julgar melhor as potencialidades e as limitações do geoprocessamento, procedendo a uma crítica construtiva “de dentro”, e não meramente “de sobrevoos”. E aprendi o quanto as emoções e a personalidade podem ter peso decisivo no curso dos acontecimentos, particularmente em instituições na escala diminuta de um Departamento de Geografia. O quanto teria o próprio geoprocessamento tido um aproveitamento mais hospitaleiro e socialmente crítico, para fins de análise ambiental efetiva e densamente integrada, se a teimosia neopositivista e o temperamento impositivo de Xavier não tivessem gerado tantos ressentimentos e mantido tanta gente interessante à distância? E o quanto o PPGG e o Departamento de Geografia da UFRJ deixaram de ganhar com o afastamento institucional de alguém como Elmo Amador, praticamente forçado a migrar para o Departamento de Geologia?...

## Anos 1980 e 1990: “Sociedade e Natureza” versus Avanço da Fragmentação

No decorrer da primeira metade da década de 1980, a Geomorfologia, sob a liderança de Regina Mousinho (que, entretantes, também se aproximara cada vez mais do Departamento de Geologia), apenas muito superficialmente demonstrava curiosidade pelo “fator antrópico”.<sup>8</sup> Como resultado, a Geomorfologia da UFRJ cresceu e se sofisticou – mas sob pena de ver suas relações com a Geografia Humana se tornarem mais e mais frias e distantes.

Em 1985, a excelente Regina Mousinho faleceu subitamente, vitimada por um enfarte fulminante em pleno gabinete de pesquisas na universidade, e suas colaboradoras principais, já então professoras da instituição (Ana Luiza Coelho Netto e Josilda Rodrigues da Silva de Moura), passaram a dar uma atenção maior a aspectos não estritamente geomorfológicos, sem que, no entanto, isso se traduzisse imediatamente em um diálogo sistemático ou uma cooperação com colegas da Geografia Humana. O terreno, mesmo assim, se revelou propício e receptivo a algumas sementes, que brotaram aqui e ali, dando, nos anos 1990 (e bem menos na década seguinte), alguns frutos.

A reforma curricular de 1991 (do bacharelado) ofereceu já o pretexto para a renovação de uma interlocução intradepartamental, tendo à frente Ana Luiza Coelho Netto e Lia Osório Machado. O currículo, ao frigar dos ovos, veio à luz muito menos “integrado” do que alguns pretendiam, cabendo a tarefa de “integração”, principalmente, aos três estágios de campo (formalizados como três disciplinas) – o que veio a se concretizar de forma claudicante, devido ao desinteresse de alguns por essas disciplinas –, e também à disciplina *Sociedade e natureza*, que constituiu, ao lado dos estágios de campo, antes uma trincheira um pouco solitária (e uma oportunidade nem sempre aproveitada a contento) que um dos pontos de condensação de um currículo coerentemente “integrador”. Em vez de um símbolo de algo novo, a disciplina *Sociedade e natureza* terminou por simbolizar, isso sim, a frustração dos anseios de quem, para muito além dela, desejava que “sociedade” e “natureza” (em suas interrelações nada lineares, em meio às quais essas próprias categorias merecem ser repensadas) perpassassem, em conjunto, boa parcela do novo currículo. Os tempos, talvez, ainda não estivessem maduros para tanto. Viriam a estar no futuro? Deixemos a pergunta no ar, para ser retomada nas próximas seções.

Além dos debates e colaborações que cercaram a elaboração do novo currículo do bacharelado, parcerias de pesquisa, quase sempre com finalidades práticas e aplicadas, tiveram lugar nessa época ou um pouco depois, como aquela em torno do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do estado do Rio de Janeiro entre as mesmas Ana Luiza Coelho Netto e Lia Osório Machado. Outras experiências desse tipo aconteceram, com a participação de um número não inexpressivo de colegas, em diferentes ocasiões e com diferentes propósitos. Deram, com certeza, bons resultados para os grupos de pesquisa envolvidos, mas só muito restrita e indiretamente fertilizaram a graduação e a pós-graduação.

No começo da década de 1990, mais ou menos simultaneamente à reforma curricular do bacharelado, Mauricio de Almeida Abreu, um dos principais nomes da Geografia Urbana na UFRJ e no Brasil, teve a iniciativa de convidar colegas com perfis muito dife-

rentes (Ana Luiza Coelho Netto, Elmo da Silva Amador, Maria do Carmo Galvão e vários outros) para colaborar com uma coletânea, que veio à luz em 1992: *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro* (ABREU, 1992). Esse livro, assinado por dez especialistas com trajetórias díspares, formando um conjunto heterogêneo e, não obstante isso, coerente, foi celebrado como um marco de um novo tempo, na opinião de seu organizador.<sup>9</sup> A obra ajudou a completar um cenário que de fato infundia, na primeira metade da década de 1990, um certo otimismo quanto ao diálogo entre Geografia Humana e Geografia Física: passada a fase das declarações mais bombásticas dos geógrafos humanos críticos contra a Geografia Física, e superado talvez, ao menos em parte, o ensinamento de uma Geografia Física que, ainda por cima, parecia se fragmentar diante das nossas vistas (e que, com a Geomorfologia à frente, muitas vezes já nem mais se reconhecia direito como integrante da Geografia), teria chegado, finalmente, a hora de um novo entendimento? Ou não teria passado, tudo isso, de uma miragem, de autoengano coletivo? Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Fosse como fosse, e como se veria no alvorecer do século XXI (e já na segunda metade da década de 1990), o otimismo de alguns havia sido precipitado.

A Geografia Física, no geral, continuou se fragmentando, na UFRJ e fora dela. A Geomorfologia da UFRJ teve papel proeminente no nascimento da União da Geomorfologia Brasileira em 1996, com Ana Luiza Coelho Netto assumindo a primeira presidência da entidade; e, graças às muitas coletâneas organizadas por Antônio José Teixeira Guerra (em colaboração com outros colegas, em geral professores da UFRJ ou ex-orientandos), alcançou uma notável influência nacional. Os entrecruzamentos com os próprios outros subcampos da Geografia Física, entretanto, murcharam. A Climatologia, durante muito tempo negligenciada (durante vários anos ela chegou a ser lecionada por não especialistas na matéria), ressurgiu um tanto timidamente nos anos 1990 com as pesquisas e a docência de Ana Maria de Paiva Macedo Brandão, ex-orientanda de um discípulo de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro na USP; dedicada à Climatologia Urbana, ensaiou ela um diálogo com a Geografia Urbana, mas que ao final não prosperou, fundamentalmente por falta de interesse dos geógrafos urbanos. Quanto à Biogeografia e à Pedologia, tradicionalmente lecionadas por não-geógrafos, já quase não tinham mais existência autônoma, tirando as disciplinas de graduação, tendo se convertido em apêndices de laboratórios dirigidos por geomorfólogos.

O desapontamento sentido por Ana Maria Brandão não foi o único episódio frustrante. Na esteira do visível estranhamento entre geógrafos humanos e físicos, muitas oportunidades foram desperdiçadas, e os ressentimentos e as mágoas se acumularam por conta de atritos e desencontros específicos, que não caberia aqui relembra-los ou comentar. Vale a pena, de toda sorte, salientar o quanto, em um departamento que congrega cerca de três dezenas de docentes, rusgas e cizânias, por mais que envolvam diretamente apenas uma minoria, sempre acabam por contaminar a todos e a prejudicar todo mundo.

## **Anos 2000: “o Sonho Acabou”?**

Na primeira década do novo século, parecia que as conversas e os entendimentos que desafiavam a hostilidade entre “humanos” e “físicos” quase que se restringiam a movimentações, por assim dizer, nas franjas dos núcleos de pesquisa e laboratórios. O

projeto de extensão *Raízes & Frutos: Uma Vivência nas Comunidades Caiçaras da Reserva da Juatinga (Paraty/RJ)*, iniciativa do professor de Biogeografia Evaristo de Castro Júnior (um biólogo socialmente comprometido e de esquerda que havia sido orientando de Ana Luiza Coelho Netto) é um exemplo simpático. Querido pelos alunos de graduação (assim como querido era, também, Evaristo, que hoje dá nome ao Centro Acadêmico), o projeto ficou, porém, restrito a um nicho, quando poderia ter inspirado outras iniciativas semelhantes. Josilda Moura e sua ex-orientanda Maria Naíse Peixoto, por seu turno, começaram a fomentar projetos de extensão ligados a temas como educação ambiental, mas suas atividades parecem ter despertado mais interesse em colegas de outros lugares que do próprio departamento; o PPGG, em especial, passou ao largo disso.

Ao adentrarmos o novo século, portanto, o “clima” era bem diferente daquele de dez anos antes, em parte por idiosincrasias e animosidades pessoais e políticas que se explicitaram ou recrudesceram. Tirando uma ou outra colaboração esparsa e esporádica, como o diálogo entre Gisela Aquino Pires do Rio (próxima de Maria do Carmo Galvão e Maria Célia Nunes Coelho) e Maria Naíse de Oliveira Peixoto, que rendeu alguns artigos sobre riscos e gestão ambientais, a interlocução entre colegas de departamento se mostrava, no início dos anos 2000, talvez em seu ponto mais baixo. Uma nova reforma do currículo do bacharelado era amplamente reconhecida como necessária já fazia tempo, mas a falta de consenso fez com que, entre 1997 (início das tratativas e das discussões) e 2020 (aprovação e início da implantação do currículo), diversas tentativas de avançar e costurar um entendimento fossem abortadas. Falava-se, aliás, abertamente, em dividir a pós-graduação em duas, com ela cindindo-se em um programa de Geografia Física e outro de Geografia Humana. Depois de muita tensão, foi aprovada a solução intermediária de dois caminhos de ingresso (com bancas distintas), preservando-se a coexistência de docentes e discentes em um só programa.

A desconfiança um tanto generalizada levava a que certas ideias potencialmente frutíferas, como a de uma pós-graduação interdisciplinar em desastres (trazida, em 2003, por Ana Luiza Coelho Netto, então coordenadora do PPGG), fossem recebidas com desproporcional e irracional hostilidade. Tudo isso contagiava, deploravelmente, os alunos de graduação e pós-graduação, que, inocentemente, absorviam e reverberavam preconceitos. A percepção de diferenças – amiúde ou em princípio legítimas, dado que o pluralismo pode ser a origem de enriquecimento intelectual e aprendizado mútuo – dava margem, por comodismo e preconceito, à formação de autênticas “torcidas organizadas”, ou a uma multiplicidade de “patriotismos de núcleos de pesquisa”, em que até mesmo alunos de graduação dos primeiros anos não raro já manifestavam surpreendente desprezo por disciplinas ministradas pelos “inimigos”.

Ocorre que, em comparação com os anos 1980, em que certos arroubos (“Geografia Humana não é ciência, é ideologia”, “a Geografia Física é positivista e alienada” e quejandos) eram derivações decerto caricaturais, mas mais ou menos diretas de determinadas controvérsias epistemológicas e teóricas que eram vivenciadas intensamente, nos anos 2000 já muito pouco se tratava de debate teórico: o que víamos eram, nua e crua, as repercussões tardias de posicionamentos epistemológicos, teóricos e políticos algo longínquos (de duas décadas antes), e que haviam se sedimentado sob a forma de

um simplista “não sei, não quero saber e tenho raiva de quem sabe”. Ou seja: em geral, afora um certo bolor que se sentia e que vagamente lembrava algumas polêmicas propriamente intelectuais, não havia, por trás das animosidades e da ignorância recíproca, muito mais que a naturalização de um sentimento de que a “Geografia” era então quase que um mero abrigo comum de conveniência. Tudo indicava que a coabitação era vista como forçada, e os interesses, cada vez mais díspares, davam pouco ensejo a aproximações de quaisquer tipos.

No PPGG, as disciplinas *Seminário de Doutorado I* e *Seminário de Doutorado II*, criadas, juntamente com o próprio doutorado, com a proposta de serem espaços-tempos de encontro, se revelaram muito menos eficazes e funcionais do que se havia desejado, às vezes até um tanto malvistas, já que reuniam pessoas que não viam grande utilidade em cursos que as obrigavam a estar juntas quando poderiam, com muito mais proveito, estar cursando disciplinas específicas. Com frequência, os alunos pareciam assim pensar: “o que a minha pesquisa sobre gentrificação (ou movimentos sociais, ou espaço público, ou agricultura periurbana, ou...) tem a ver com aquela pesquisa sobre voçorocas (ou evolução do desmatamento, ou papel da serrapilheira, ou ilhas de calor, ou...)?” A partir de tal premissa, a conclusão que se impunha haveria de ser: não seria mais sensato separar de vez, deixando que cada um fosse “viver a sua vida em paz”, sem a obrigação protocolar de fingirmos que somos todos geógrafos e que, por essa razão, temos algo verdadeiramente em comum? Se algo de substancial temos em comum (para além de quase-platitudes no estilo “estudamos o espaço”, “estudamos a realidade pelo prisma da espacialidade” e congêneres), isso não estava nem um pouco evidente para a maioria dos docentes (e, por extensão, para a maioria dos alunos) na primeira década do novo século. E, se não nos víamos compartilhando fortes interesses em comum, como pactuar, por exemplo, um novo currículo? O assunto do currículo pode não ter a ver diretamente com o PPGG, mas sua problemática veio a ser um sintoma de algo que englobava a tudo e a todos, inclusive o PPGG. Se não nos víamos ou vemos compartilhando fortes interesses em comum, debates curriculares não poderão ser outra coisa que um cabo de guerra. Em vez de um *win-win*, um jogo de soma zero – e uma disputa por hegemonia. E isso vale para quase tudo, inclusive na pós-graduação. Parecia ser possível dizer, parafraseando John Lennon após o fim dos Beatles, que, irremediavelmente, “o sonho acabou”. Mas boas surpresas ainda se faziam por esperar.

## **Dos Anos 2010 em Diante: a Marcha da “Ambientalização”**

A segunda década do século XXI trouxe, contrariando as expectativas mais pessimistas, um novo alento. Nada que justifique um otimismo extremado, mas não faltam indícios de que coisas novas (ou renovadas) surgem o tempo todo, e nem sempre para pior. Se a realidade sempre é dinâmica, é fácil imaginar que em grupos pequenos (como um conjunto de cerca de três dezenas de professores permanentes em um departamento), basta que umas poucas peças sejam mexidas – algumas saídas de cena por aposentadoria ou morte, o envelhecimento e o cansaço de alguns, o ingresso de outros... – para que feridas antigas comecem a cicatrizar, novas interlocuções emergem, novas amizades se construam, novos pactos sejam possíveis. O vetor resultante muda de direção.

Muito antes de o subcampo da Sociologia da Ciência se tornar popular, o grande físico Max Planck, pioneiro da Teoria Quântica, já provocara: as teorias científicas (ou os “paradigmas”, como diria depois outro físico, Thomas Kuhn) são substituídas e desbancadas não simplesmente porque outras melhores surgem e se impõem, mas porque as gerações mais velhas, que atravancam o caminho dos jovens inovadores e rebeldes, finalmente morrem (ou se aposentam e emudecem). Esse é um esclarecimento que, de tão mundano, chega a soar prosaico e pedestre, mas é de um realismo atroz. Preferências, preconceitos e antipatias – por pessoas e por ideias – podem ter uma sobrevida ao longo de gerações, graças aos discípulos e ex-orientandos, mas o normal é que se dissipem. A vida é um sopro, e os delírios de grandeza dos mandarins e caciques acadêmicos, bem como a solidez aparentemente pétreia de certas construções intelectuais, podem não resistir a uma mudança de conjuntura política ou, menos abruptamente, a novos valores que se vão instalando na academia, sob o estímulo de transformações na mentalidade e nos hábitos da sociedade envolvente.

No PPGG e na graduação em Geografia, Paulo Pereira de Gusmão, com doutorado em Geografia e uma longa experiência prévia de trabalho como técnico da hoje extinta Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (FEEMA) do Rio de Janeiro, impulsionou, a partir de seu ingresso como docente na UFRJ em 2006, o interesse por gestão ambiental e pelo estudo de impactos ambientais (assuntos que, até então, haviam tido uma expressão bastante marginal na formação dos alunos, apesar de presentes nas preocupações de alguns núcleos de pesquisa). Antigas disciplinas do PPGG, um tanto esquecidas, como *Raízes Históricas das Ideias sobre a Natureza* (que havia sido criada e ministrada durante anos por Lia Osório Machado) e *Ecologia Política*, foram assumidas e revitalizadas por mim. Na graduação, novas disciplinas eletivas foram criadas: *Geografia Ambiental* e *Ecologia Política*, por minha iniciativa; e *Política e Meio Ambiente*, por iniciativa de Rebeca Steiman e Leticia Parente Ribeiro.

Quanto à pesquisa, dissertações e teses (e trabalhos de conclusão de curso, claro) passaram a gravitar crescentemente ao redor de projetos e linhas estruturadas em torno da compreensão de diferentes aspectos do metabolismo ecológico-social, com uma ênfase renovada na construção de objetos de conhecimento epistemologicamente híbridos. Meu núcleo de pesquisas, o NuPeD (Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial), criado em 1995, foi, após uma longa hesitação, rebatizado em 2019 como GAEP (Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política), a fim de melhor explicitar o centro das minhas atenções: se o “desenvolvimento sócio-espacial” havia sido sempre tratado por mim como o eixo estruturante teórico-político das minhas atividades de pesquisa e reflexão, a ausência de menção à dimensão ecossocial da realidade tornava o nome do núcleo alguma coisa enigmática e obscura. De sua parte, dando continuidade direta à tradição de pesquisas sobre a Amazônia, e demonstrando uma forte preocupação com políticas públicas ambientais, Rebeca Steiman assumiu a coordenação do Grupo RETIS, criado pela hoje aposentada Lia Osório Machado.

Todo esse panorama vem sendo, nos últimos anos, reforçado com a chegada de novos docentes, primeiro em nível de graduação, e depois incorporados ao PPGG, cuja disposição (ou potencial) para fortalecer as preocupações com uma transversalidade epistêmica intradisciplinar é considerável. Graças a isso, pesquisas sobre Ecotoxicolo-

gia, Etnogeomorfologia e regulação ambiental da agropecuária, entre outras, têm vindo enriquecer o acervo de temas e problemas cobertos pelos docentes do programa. E novos colegas continuam a chegar, remoçando os quadros e as esperanças. Se os personagens de carne e osso apostarão, nos anos e mais ainda nos decênios vindouros, em um diálogo renovado e em mais colaboração epistemologicamente transversal, ou se investirão cérebro e coração em mesquinhas rivalidades, não temos como prever.

Por último, uma rede nacional de pesquisadores surgiu a partir do PPGG (ou, mais amplamente, do departamento), com a presença de três professores do programa: coordenada por mim e que conta, também, com a presença de Rebeca Steiman e Paulo Gusmão (juntamente com quase três dezenas de pesquisadores de muitas outras universidades brasileiras), a Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, a RP-G(S)A, foi proposta por mim em 2017, tendo já alcançado significativa visibilidade nacional e até internacional. Muito dessa visibilidade se deve ao periódico publicado sob seus auspícios e coordenação, *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, cujo primeiro número veio à luz em 2019. No que tange às articulações interinstitucionais, cumpre sublinhar, ainda, a criação, em 2019, do Grupo de Trabalho Ecologia Política e Geografia Ambiental da ANPEGE, coordenado por cinco colegas de quatro universidades brasileiras, entre os quais eu mesmo e Rebeca Steiman. Com tudo isso, o Departamento de Geografia e o PPGG vêm sobressaindo entre os protagonistas de uma onda de “ambientalização” da Geografia brasileira. Em que consiste, porém, essa “ambientalização”?

Tem se discutido a “ambientalização das lutas sociais”, movimentação mediante a qual organizações de movimentos sociais têm, por motivos diversos (busca por maior visibilidade pública, lograr maior eficácia, alargar o leque de parceiros e aliados), redesenhado suas estratégias e até mesmo suas identidades para incorporar e realçar um componente “ambiental” na agenda de lutas.<sup>10</sup> Por analogia, podemos aludir ao que atualmente se vê na Geografia, em diversos países e lugares, como uma “ambientalização epistemológica”. Cresceu e continua a crescer o número daqueles geógrafos que desconfiam de que os lemas segundo os quais “o social se explica pelo social” e que “a natureza não determina a sociedade”, muito embora consistam em ponderações corretas, precisam ser qualificados e complementados, pois do contrário podem induzir a simplismos. As relações sociais e as criações culturais decerto não são *explicáveis* pelo “estrato natural originário” (para usar uma expressão do filósofo Cornelius Castoriadis); tampouco são os processos históricos *determinados* pelas condições do relevo, dos solos ou dos climas. Sem embargo, o que nos impede de perceber que os processos, feições, dinâmicas e ciclos geobiofísicos – que demandam, para a sua compreensão, conceitos, teorias e métodos próprios – *condicionam*, ainda que mediados pela história e pela cultura (pelo nível tecnológico, pelos sistemas de valores...), de alguma forma, as relações sociais? As implicações das distintas localizações, das diferentes condições de fertilidade do solo, dos variáveis riscos de desastres, dos extremos de temperatura etc. não teriam, realmente, *nenhuma* relevância para o desenrolar de processos de produção social do espaço e para as margens de manobra dos agentes sociais? As aberrações do “determinismo geográfico” incutiram em nós uma paranoia contraproducente. Diante disso, nada melhor que aprender com muitos movimentos sociais da atualidade – ativistas contra a injustiça ambiental, seringueiros, barrageiros, indígenas e outros tantos –, que nos en-

sinam como é útil, para enfrentar certos problemas, combinar conhecimentos oriundos da pesquisa natural e da pesquisa social, tanto quanto combinar saber científico e saber vernacular ou popular. Em outras palavras, e para usar nossos conceitos (que são também categorias da prática), articular *ambiente*, *território* e *lugar* (SOUZA, 2020).

É contra o pano de fundo dessa nova (ou, antes, renovada) sensibilidade que mais e mais geógrafos vêm propondo uma *Geografia Ambiental*. As raízes da proposta são antigas (podemos remontar à velha Geografia das “relações homem-meio”), ao mesmo tempo em que a movimentação se adensou há não mais que quinze ou vinte anos. A tendência vem se plasmando em vários países mais ou menos simultaneamente, se bem que a hegemonia da Geografia de língua inglesa traz o risco de apagar ou ocultar pioneirismos e especificidades locais e nacionais (SOUZA, 2019). Por outro lado, gostemos ou não, essa hegemonia faz com que uma coletânea como Castree *et al.* (2009) tenha muito mais chances que qualquer produção em qualquer outra língua de vir a ser reconhecida internacionalmente como um marco – além de um divisor de águas em matéria de influência e visibilidade.

Não que não haja algumas controvérsias. Por exemplo, as diferentes implicações de caracterizarmos a Geografia Ambiental (em inglês, *environmental geography*; em alemão, “*integrierte Geographie*” ou “*integrative Geographie*”) como um “meio de campo” epistemológico (“*middle ground*”: CASTREE, 2005 e 2014), um “terceiro pilar” (“*dritte Säule*”: WEICHHART, 2005) ou um “enfoque” (e não um novo ramo ou subcampo disciplinar: SOUZA, 2019 e 2021). Outro fator de divergência é a polêmica entre “social-construcionistas” e “realistas”, conquanto matizações (“social-construcionismo *soft*”, “Novo Realismo Ontológico” etc.) ofereçam novas oportunidades de convergência. O que importa é que há preocupações centrais admitidas como comuns, a reboque de um desejo de superar o abismo ou derrubar os muros intradisciplinares.

Por óbvio, não se trata de negar a pertinência e a legitimidade de pesquisas que não tenham interesse forte e explícito pelo metabolismo ecológico-social ou a construção de objetos de conhecimento híbridos. A “ambientalização” da Geografia, é ocioso dizer, não pode ser outra coisa que não relativa e parcial. Ninguém pensaria, em sã consciência, em pleno século XXI, que investigações sobre Geografia Eleitoral, topofilias (regionalismo, bairrismo...), gentrificação, espaços públicos e localização comercial ou industrial são de somenos importância; e o mesmo vale para problemas e temas geomorfológicos, biogeográficos etc. – desde que não se menospreze *a priori* e programaticamente a dimensão geobiofísica (o sítio urbano, por exemplo), no primeiro caso, ou a real complexidade da sociedade (irreduzível a um “fator antrópico”), no segundo. A pesquisa sociogeográfica e a pesquisa ecogeográfica possuem ênfases e métodos diferentes, e isso não é ruim! O que é ruim (ou nefasto, ou mesmo dramático) é não admitir que objetos de conhecimento que pressuponham a integração de dados e informações ecológicos e sócio-espaciais (hibridismo “fraco”) ou até mesmo a articulação de teorias, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa ecogeográficos e sociogeográficos (hibridismo “forte”) devem ter seu direito à existência assegurado e sua legitimidade reconhecida.

Muitos de nós gostaríamos de pensar que essa relativa “ambientalização” é irrefreável e veio para ficar. Ora, tirando a extinção da vida orgânica (ou também de estrelas), quase nada é irrefreável no universo... (Ou, como gracejou Benjamin Franklin, só há

duas coisas certas nesta vida: a morte e os impostos.) Os avanços costumam esbarrar em resistências e forças de inércia, ditadas por convicções arraigadas ou pelo medo de serem abaladas certas zonas de conforto. Um exemplo foi dado pela reforma curricular do bacharelado em Geografia da UFRJ, que, iniciada em 1997, completou-se apenas em 2020: quando algumas sugestões inovadoras, arduamente pactuadas, como todo um elenco de disciplinas “transversais” temáticas e regionais (a serem ministradas por colegas com trajetórias bem distintas, mesclando-se assim a *expertise* sociogeográfica com a ecogeográfica), estavam à beira da aprovação final, um insólito recuo engendrou uma solução anêmica. No PPGG, por seu turno, os “seminários de doutorado”, já comentados, permanecem carentes de uma melhor definição. Aceitemos: muros muito altos nunca são derrubados de um dia para o outro.

### **A Título de Arremate: as Marcas Distintivas da Contribuição do PPGG**

O subtítulo deste texto, com a opção pelo artigo indefinido “uma” em vez do definido “a”, não é nem um pouco gratuito ou arbitrário. Nem seria preciso dizer que este trabalho não encerra “a” história do PPGG, mas sim *uma* história (e o mesmo se aplica à “pré-história”). Outros observadores (outras subjetividades), estribados em outros critérios e outras vivências, trariam com certeza outras interpretações e pormenores sobre os atores, seus papéis, o significado e a motivação de suas ações, assim como a respeito das tendências gerais e do próprio contexto histórico. Se estas páginas tiverem lançado alguma luz sobre o que foi e o que é (e o que, talvez, ainda poderá vir a ser) o PPGG da UFRJ, sem distorcer os fatos elementares, elas terão já, seja como for, cumprido sua missão básica.

Um programa de relevo no cenário nacional como o PPGG haveria de ter, compreensivelmente, destaque em vários setores, ao longo de seu percurso de meio século. A excelência do programa e do departamento ao qual está vinculado, em matéria de pesquisa, se manifesta de jeito bem evidente quicá em três áreas principais: Geomorfologia, Geografia Urbana e pesquisas regionais sobre a Amazônia. Essas são as marcas distintivas *explícitas* do PPGG. Mas basta levantar a ponta do lençol para descobrirmos uma quarta marca distintiva muito forte, que permeou toda a história (e também a “pré-história”) do programa, a despeito dos altos e baixos, e mesmo que não raramente apenas de modo tácito e sem alarde programático: a preocupação com a “integração”, com a transversalidade epistêmica intradisciplinar, com os objetos de conhecimento híbridos.

O pluralismo cosmopolita do PPGG não foi mera obra do acaso. Ele foi, ao longo das décadas, cultivado como um valor. Não esqueçamos de que, com todas as suas contradições (ou justamente por causa delas), o PPGG acolheu, em uma atmosfera desafiadora e muitas vezes enriquecedora, nomes como o de Carlos Walter Porto-Gonçalves (que lá fez seu mestrado e se doutorou, tendo também se graduado no mesmo departamento), expoente da Geografia Crítica e da Ecologia Política no Brasil e na América Latina. Com a sucessão das gerações, e refletindo mudanças da pós-graduação e da universidade brasileira como um todo, o cosmopolitismo veio a ser um pouco menos forte do que havia sido no passado, mas o elitismo também arrefeceu, ao passo que o pluralismo se tornou mais robusto, mais genuíno.

Não é acidental, acredito, que certos impulsos “ambientalizantes” estejam partindo do PPGG. Sua história (e sua “pré-história”) não foi, talvez, aquela que muitos de nós teríamos desejado (sob o ângulo político, eu certamente não teria desejado a forte presença do conservadorismo, que deixou um ranço que atravessou gerações). Ao fim e ao cabo, em que pesem os zigue-zagues e os retrocessos, a história do PPGG da UFRJ foi plena de realizações de vulto, tanto individuais quanto coletivas. Das contradições surge, dialeticamente, o novo; a uniformidade só faz reproduzir-se a si mesma. Se uma história conturbada, repleta de polêmicas, de choques e fricções por boas e más razões, serviu para que chegássemos até aqui, uma lição é incontornável: é uma herança a ser debatida e mesmo honrada, ainda que nunca acriticamente.

## Agradecimentos

Mesmo sem ser obra de historiador, este artigo não deixa de ser uma incursão nos âmbitos da História da Ciência e, mais ainda, da História Institucional, por mais amadorística que seja a empreitada. O assunto não é só vasto e complexo, mas, também, espinhoso. Quando estamos às voltas com situações e personagens de um passado relativamente recente, e principalmente quando pertencemos à mesma instituição que é o centro das atenções, quase tudo se mostra delicado, arriscado. É como caminhar em um campo minado. Minha dívida para com os colegas Rebeca Steiman e William Ribeiro da Silva é imensa, pois suas sugestões me ajudaram a modular o tom e o estilo, em prol de um melhor equilíbrio entre razão e emoção. As falhas remanescentes, entretanto, são de minha inteira e exclusiva responsabilidade.

## Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (= Biblioteca Carioca, v. 21), 1992.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

AMADOR, E. S. Baía de Guanabara: uma luta de 30 anos (Uma entrevista com o professor Elmo da Silva Amador) [Entrevista conduzida por Paulo Russo]. *GeoUERJ*, n. 7, p. 89-101, 2000.

CASTREE, N. *Nature*. Abingdon: Routledge, 2005.

CASTREE, N. *Making Sense of Nature*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014.

CASTREE, N. et al. (Orgs.). *A Companion to Environmental Geography*. Malden (MA), Wiley-Blackwell, 2009.

GALVÃO, M. C. C. Entrevista com Maria do Carmo Corrêa Galvão [conduzida por Mônica Machado]. *Grupo de Estudos GEOBRASIL*. Disponível em: <http://www.grupogeobra>

sil.uerj.br/usuario//maria\_do\_carmo\_corra\_galvo//maria\_do\_carmo\_corra\_galvo\_geo-biografia\_0.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022. [A entrevista ocorreu em 05/02/2002.]

KOHLHEPP, G. Pioneiros brasileiros nas pesquisas geográficas de desenvolvimento regional: Orlando Valverde e Hilgard O’Reilly Sternberg. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* (Blumenau), v. 3, n.1, p. 27-54, 2015.

KOHLHEPP, G. Hilgard O’Reilly Sternberg, um pioneiro nas pesquisas das questões ambientais no Brasil. *Espaço Aberto* (Rio de Janeiro), v. 7, n. 1, p. 7-21, 2017.

LOPES, J. S. L. et al. *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

RIBEIRO, O. Uma dissertação sobre o relevo da Baixada da Guanabara (Rio de Janeiro). *Finisterra*, v. 14, n. 27, p. 76-82, 1979.

SANTOS, M. Entrevista com o Professor Milton Santos [conduzida por Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira]. *GEOSUL*, v. 4, n. 7, p. 116-147, 1989.

SOUZA, M. L. de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 22, n. 2, p. 274-308, 2018.

SOUZA, M. L. de. O que é a Geografia Ambiental? *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 1, n. 1, p. 14-37, 2019.

SOUZA, M. L. de. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 2, n. 1, p. 16-64, 2020.

SOUZA, M. L. de. A Geografia Ambiental como *Aufhebung*: Rejeitando o dualismo, abraçando a dialética. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 3, n. 1, p. 9-82, 2021.

VALVERDE, O. Entrevista com o Professor Orlando Valverde [conduzida por Maria Dolores Buss, Arlene M. M. Prates e Cesare Giuseppe Galvan]. *GEOSUL*, v. 6, n. 12-13, p. 224-247, 1991.

WEICHHART, P. Auf der Suche nach der “dritten Säule”: Gibt es Wege von der Rhetorik zur Pragmatik? In: MÜLLER-MAHN, D.; WARDENGA, U. (Orgs.). *Möglichkeiten und Grenzen integrativer Forschungsansätze in Physischer und Humangeographie*. Leipzig: Leibniz-Institut für Länderkunde (= ifl-forum 2), 2005, p. 109-136.

Recebido em: 01/09/2022.

Aceito em: 14/10/2022

## Notas

<sup>1</sup> Segundo depoimento oral informal de Jorge Xavier da Silva ao autor, em meados da década de 1990.

<sup>2</sup> Segundo depoimento oral informal de Orlando Valverde ao autor, no início da década de 1980. (Valverde era um homem de esquerda, de maneira que não havia chance de haver grande afinidade entre ele e o lacerdista Hilgard Sternberg. Em uma época em que, nos círculos acadêmicos, até mesmo rivais demonstravam respeito científico e boas maneiras perante os adversários, recordo-me de quando, em 1982, em meio à Conferência Regional Latino-Americana da União Geográfica Internacional, que se realizava no Rio de Janeiro, e mais especificamente na UERJ, Orlando Valverde me apresentou – então um jovem primeiranista da graduação em Geografia da UFRJ – a Sternberg, tendo os dois se cumprimentado muito cordialmente e perguntado pelas respectivas famílias.) Outras impressões favoráveis às qualidades científicas de Sternberg eu colhi, informalmente, mais tarde, junto a Gerd Kohlhepp (ver, dele, aliás, Kohlhepp, 2015 e 2017) e Lia Osório Machado, que havia sido uma jovem estagiária no CPGB.

<sup>3</sup> Segundo depoimento oral informal de Orlando Valverde ao autor, no início da década de 1980. Aliás, basta passear os olhos pelos anais do congresso (disponíveis na Biblioteca Mauricio de Almeida Abreu, do PPGG), para termos uma razoável noção da magnitude e da qualidade do evento.

<sup>4</sup> Para que se possa aquilatar o seu prestígio já no início da década de 1950, basta mencionar que, conforme informou o jornal *Correio da Manhã* em sua edição de 19 de março de 1952, Sternberg acabava de “ser convidado pela Comissão Organizadora do XVII Congresso Internacional de Geografia [que viria a ter lugar em Washington, D.C.] para a presidência de uma das seções daquele certame, a de ‘Demografia e Geografia Cultural’.” Uma honra totalmente inusual para um brasileiro, naquela época.

<sup>5</sup> No que se refere a Valverde, a fonte é o depoimento oral informal já mencionado por mim. Quanto a Milton Santos, seu juízo sobre Sternberg pode ser apreciado na entrevista que concedeu à revista catarinense *GEOSUL* (SANTOS, 1989, p. 133).

<sup>6</sup> As portas da UFRJ estiveram, até muito tempo depois da partida definitiva de Sternberg para os Estados Unidos, fechadas para Orlando Valverde, que fizera carreira no IBGE (conquanto também tivesse lecionado, paralelamente e por vários anos, na PUC-Rio). Na década de 1980, à medida em que prosseguia a “redemocratização” do país e da própria universidade, o Centro Acadêmico de Geografia começou, finalmente, por conta própria, a convidar Valverde para palestras. Por fim, em 1998, com dois discípulos seus à frente do PPGG (Claudio Antônio Gonçalves Egler e eu), Valverde foi convidado para ministrar (ao lado de seu amigo Aziz Ab’Sáber) um seminário compacto; no mesmo ano, recebia ele, por iniciativa do PPGG, o título de Doutor *Honoris Causa* pela UFRJ – exatos sessenta anos após graduar-se como integrante da primeira turma de geógrafos formada pela instituição. Completava-se, com isso, o desagravo histórico.

<sup>7</sup> O sabor amargo deixado por essa situação se revela explicitamente neste trecho de uma entrevista por ele concedida muitos anos depois daqueles acontecimentos: “Em virtude de perseguições políticas, muito comuns naquela época e naquele Departamento de Geografia bastante conservador (...)” (AMADOR, 2000, p. 91).

<sup>8</sup> Já notara o grande geógrafo português Orlando Ribeiro, orientador de Regina Mousinho em Lisboa, que a tese de doutoramento da brilhante geomorfóloga se situava “na fronteira interdisciplinar entre Geologia e Geografia Física”, asseverando em seguida: “[s]e o seu conteúdo é principalmente sedimentológico, o quadro e o fio condutor mostram o pleno domínio dos recursos de pesquisa da Geomorfologia”. (RIBEIRO, 1979, p. 80). Sobre a escassa atenção a propósito dos condicionantes e efeitos sociais, ofereço, a título de ilustração, uma nota pessoal: recomendado por Orlando Valverde, grande amigo de Regina Mousinho, conversei com ela em 1983 para indagar sobre as chances de estagiar em sua equipe, com a esperança de poder estabelecer conexões entre a Geomorfologia e a investigação de problemas da organização do espaço, principalmente na franja rural-urbana do Rio de Janeiro. A conversa, embora agradável, não frutificou. Não se verificou, da parte da interlocutora, inclinação a orientar um trabalho que queria, sim, beber na fonte da pesquisa geomorfológica, mas com propósitos decididamente mais amplos, uma vez que o interesse dela – inquestionavelmente legítimo – era o de formar futuros geomorfólogos e geógrafos físicos.

<sup>9</sup> Depoimento oral informal de Mauricio Abreu a mim, em 1993.

<sup>10</sup> Ver, sobre o tema da “ambientalização das lutas sociais”, LOPES et al. (2004) e ACSELRAD (2010).